



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE FAVERET, LAMPERT ADVOGADOS (EM  
CONSTITUIÇÃO)**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

**CLAUDIO DIAS LAMPERT**, brasileiro, advogado, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 65.032, inscrito no CPF/MF sob o n.º 836.144.357-68, residente e domiciliado na Rua Alberto de Faria, n.º 37, apto. 101, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22450-170; ("Claudio");

**CLAUDIA RAMOS BARROS FAVERET CAVALCANTI**, brasileira, advogada, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 76.553, inscrita no CPF/MF sob o n.º 013.881.387-60, residente e domiciliada à Rua Joaquim Campos Porto, n.º 226, Jardim Botânico, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22460-190 ("Claudia");

**MARIANA SARMENTO MENEGHETTI**, brasileira, advogada, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 111.864, inscrita no CPF/MF sob o n.º 069.991.807-33, residente e domiciliada na Rua Marques de São Vicente, n.º 429, apartamento 304, Gávea, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22451-041; ("Mariana");

**ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DE NORONHA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 144.201, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.345.087-74, residente e domiciliado à Rua General Severiano, n.º 172, apto. 1202, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-040; ("Antonio"); e

**ANDRÉ CHEDE TRAVASSOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 147.871, inscrito no CPF/MF sob o n.º 097.497.867-18, residente e domiciliado na Rua Travessa Soledade, n.º 07, apto. 103, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("André" e, em conjunto com Antonio, Mariana, Claudia e Claudio, os "Sócios").

Resolvem constituir a sociedade **FAVERET, LAMPERT ADVOGADOS** ("Sociedade"), a qual será regida pela Lei nº 8.906/94, pelo Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Contrato Social abaixo:



**CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE  
FAVERET, LAMPERT ADVOGADOS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
RAZÃO SOCIAL**

A Sociedade tem a razão social de **FAVERET, LAMPERT ADVOGADOS**.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
SEDE**

A Sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n.º 134, 8º andar (parte), Centro, CEP 20040-002.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
OBJETO SOCIAL**

O objeto da Sociedade é a prestação de serviços de advocacia, sendo certo que as atividades profissionais que reúnem os Sócios na Sociedade serão exercidas individualmente, quando se tratar de atos privativos de advogado, devendo reverter ao patrimônio social os honorários respectivos.

**Parágrafo Único** – Os Sócios poderão advogar em todo o território nacional e fora dele, observados os termos da legislação aplicável. Por deliberação dos Sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, a Sociedade poderá manter e encerrar escritórios, representações ou filiais em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse.

**CLÁUSULA QUARTA  
PRAZO DE DURAÇÃO**

A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.



#### CLÁUSULA QUINTA

##### CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os Sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR NOMINAL (R\$)
Claudio Dias Lampert	49	49,00
Claudia Ramos Barros Faveret Cavalcanti	48	48,00
Mariana Sarmiento Meneghetti	1	1,00
Antonio Henrique Pereira de Noronha	1	1,00
André Chede Travassos	1	1,00
<b>TOTAL:</b>	<b>100</b>	<b>100,00</b>

**Parágrafo Único** – A responsabilidade de cada Sócio é subsidiária e limitada à sua participação no capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.023 da Lei n.º 10.406/02. O Sócio, porém, responderá pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia na forma subsidiária e ilimitada, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que possa incorrer.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Todas as deliberações dos Sócios serão tomadas, obrigatoriamente, pelo voto afirmativo de Sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, exceto se quórum maior for exigido por este Contrato Social ou pela legislação aplicável, e desde que observados os procedimentos estipulados nesta cláusula.

**Parágrafo Primeiro.** As deliberações dos Sócios deverão ser tomadas em reunião de Sócios devidamente convocada com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência mediante envio de e-mail com aviso de recebimento para cada Sócio da Sociedade.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**Parágrafo Segundo.** As deliberações de Sócios somente serão válidas e oponíveis à Sociedade e a seus Sócios se: (i) tomadas em reunião de Sócios devidamente convocada nos termos deste Contrato; (ii) devidamente transcritas em ata de reunião de Sócios contendo todas as deliberações tomadas pelos Sócios; e (iii) assinadas por quantos Sócios bastem para a validade das deliberações tomadas, desde que observados os quóruns de aprovação estipulados neste Contrato Social para cada respectiva matéria deliberada.

Os e-mails dos Sócios para os fins do envio de convocação são os seguintes:

CLAUDIO DIAS LAMPERT	<a href="mailto:clampert@ftlt.com.br">clampert@ftlt.com.br</a>
CLAUDIA RAMOS BARROS FAVERET CAVALCANTI	<a href="mailto:cfaveret@ftlt.com.br">cfaveret@ftlt.com.br</a>
MARIANA SARMENTO MENEGHETTI	<a href="mailto:mmeneghetti@ftlt.com.br">mmeneghetti@ftlt.com.br</a>
ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DE NORONHA	<a href="mailto:anoronha@ftlt.com.br">anoronha@ftlt.com.br</a>
ANDRÉ CHEDE TRAVASSOS	<a href="mailto:atravassos@ftlt.com.br">atravassos@ftlt.com.br</a>

**Parágrafo Terceiro.** Dispensam-se as formalidades de convocação previstas no Parágrafo Segundo acima quando todos os Sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo Quarto.** A reunião torna-se dispensável quando todos os Sócios decidirem, por escrito (mesmo por e-mail), sobre a matéria que seria objeto dela.

**Parágrafo Quinto.** A reunião será presidida e secretariada por Sócios escolhidos por maioria entre os presentes.

**Parágrafo Sexto.** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões de Sócios, ata assinada pelos membros da mesa e por Sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

**Parágrafo Sétimo.** Ao Sócio que solicitar será entregue uma cópia autenticada da ata.

**Parágrafo Oitavo.** O presidente da reunião de Sócios deverá desconsiderar o voto do Sócio que seja proferido com violação da lei ou deste Contrato Social.



**Parágrafo Nono.** As reuniões de Sócios poderão ocorrer através de conferência telefônica, videoconferência, telefone convencional, telefone celular ou qualquer outra forma de comunicação em tempo real, ainda que apenas alguns Sócios participem por via remota e os demais de corpo presente; nesses casos, deverá haver prova inequívoca da participação do Sócio ausente na reunião pela via remota.

**Parágrafo Décimo.** As matérias previstas abaixo somente poderão ser praticadas ou implementadas pela Sociedade se aprovadas em reunião de Sócios:

- i. a aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração;
- ii. a modificação do contrato social, inclusive para destituir administradores e designar outros;
- iii. aprovação da política de pagamentos de dividendos pela Sociedade ("Política de Dividendos");
- iv. o modo de remuneração dos administradores;
- v. a instalação e extinção de filiais, escritórios, agências e representações, no país e no exterior;
- vi. a autorização para a participação da Sociedade em outras sociedades ou em consórcios, associações ou outras entidades, bem assim para a alienação ou oneração de participação que a Sociedade detenha em outras sociedades ou para sua retirada de consórcios, associações ou outras entidades;
- vii. a autorização para a participação da Sociedade em licitações, leilões e concorrências públicas ou privadas, de qualquer natureza;
- viii. a determinação de como a Sociedade exercerá o direito de voto de que seja titular em outras sociedades, em associações, consórcios e outras entidades;
- ix. a autorização para abertura e encerramento de contas bancárias da Sociedade, bem como para a tomada de empréstimos ou financiamento de qualquer natureza, cujos valores ultrapassem R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- x. a autorização para a Sociedade alienar, emprestar, alugar, onerar ou gravar seus ativos, independente de valor;
- xi. a autorização para a Sociedade conceder empréstimos, assumir dívida de terceiro, prestar garantias a obrigações de terceiros ou praticar outros atos em benefício de terceiros;



- xii. a autorização para a Sociedade celebrar contratos ou assinar cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio ou quaisquer outros títulos de créditos, contratos de câmbio, bem como sob qualquer outra forma efetuar pagamentos ou desembolso, em montante superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xiii. a autorização para a Sociedade adquirir ativos ou bens ou fazer investimentos, em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xiv. a autorização para a Sociedade contratar seguros, bem como a escolha das seguradoras e o estabelecimento dos parâmetros a serem seguidos pela administração na contratação dos seguros;
- xv. a autorização para a Sociedade celebrar, alterar ou rescindir negócios com Sócios, administradores da Sociedade ou de Sócios;
- xvi. a autorização para a Sociedade propor ação, resolver litígio por meio de arbitragem ou outro procedimento amigável, reconhecer a procedência de pedido, confessar, transigir, desistir, renunciar ou perdoar, sempre que a dívida, pretensão ou controvérsia em questão tenha valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xvii. a escolha e destituição de auditores independentes;
- xviii. a incorporação, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- xix. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- xx. autorização para os administradores requererem a insolvência da Sociedade;
- xxi. o aumento do capital social; e
- xxii. autorização para a outorga de mandato para a prática de qualquer dos atos listados nesta Cláusula.

**Parágrafo Onze.** A reunião dos Sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- i. tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício; e
- ii. tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**Parágrafo Doze.** Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos no inciso I do Parágrafo Onze devem ser postos, por escrito, e

*M*  
*AN*





com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos Sócios. Instalada a reunião, proceder-se-á à leitura dos documentos referidos no parágrafo antecedente, os quais serão submetidos, pelo presidente, a discussão e votação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida exclusivamente pelos Sócios Claudio Dias Lampert e Claudia Barros Faveret Cavalcanti ("Sócios-Administradores"), mediante a assinatura por qualquer deles isoladamente, praticando os atos ordinários da administração dos negócios sociais, representando a Sociedade em juízo ou fora dele, bem como perante terceiros em geral, inclusive órgãos e entes públicos de qualquer natureza.

**Parágrafo Primeiro** – Nos poderes de administração não estão incluídos os de contrair obrigações estranhas ao objeto social, de prestar fianças e avais e obrigar a Sociedade cambiariamente em negócios de terceiros.

**Parágrafo Segundo** – Os instrumentos de mandato deverão ser outorgados por dois Sócios-Administradores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daqueles para fins judiciais, conter um período de validade limitado que não poderá ser superior a 01 (um) ano.

**Parágrafo Terceiro** – Para os efeitos do disposto no Artigo 1.011 da Lei n.º 10.406/02, os Sócios-Administradores declaram expressamente, sob pena da lei, que não se acham impedidos por lei especial ou condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 1.011 da Lei n.º 10.406/02.

*(Handwritten signatures in blue ink)*



**CLÁUSULA OITAVA**  
**EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO; DIVIDENDOS**

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado o inventário, o balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

**Parágrafo Primeiro.** A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para os fins de distribuição de lucros intercalares aos Sócios.

**Parágrafo Segundo.** A Sociedade distribuirá dividendos desproporcionais na forma estipulada pela Política de Dividendos da Sociedade, sendo certo que a Política de Dividendos da Sociedade somente poderá ser alterada mediante a aprovação de Sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

**CLÁUSULA NONA**  
**CESSÃO DAS QUOTAS**

A cessão de qualquer quota do capital social depende do consentimento expresso dos demais Sócios, aos quais será sempre reservado o direito de preferência na aquisição da mesma. A admissão dos novos sócios, quando realizada por intermédio de aumento de capital aprovado pelos Sócios, far-se-á pela cessão do direito de subscrição dos atuais Sócios, na proporção das que possuírem.

**CLÁUSULA DEZ**  
**LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO**

A Sociedade não se dissolverá pela retirada, extinção, exclusão, interdição ou insolvência de qualquer dos Sócios. A Sociedade tampouco se dissolverá pelo falecimento de qualquer dos Sócios, continuando os remanescentes. Os herdeiros do Sócio falecido receberão dos demais o valor correspondente às quotas do falecido.

**Parágrafo Único** – As quotas pertencentes ao Sócio falecido serão pagas aos herdeiros, com base em balanço levantado na data do falecimento, calculando-se o valor das quotas em função do patrimônio líquido contábil assim apurado e efetuando-se seu





pagamento em parcelas ou integralmente, à opção dos adquirentes, em até 60 (sessenta) dias da data do óbito.

#### CLÁUSULA ONZE

##### FORO

As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Contrato Social.

#### CLÁUSULA DOZE

##### DESIMPEDIMENTO

Os Sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercerem a advocacia ou participarem desta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

E, por estarem justas e pactuadas, os Sócios assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01º de fevereiro de 2016

*(Página deixada em branco propositalmente. As assinaturas seguem na página seguinte.)*



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição da Sociedade Faveret, Lampert Advogados celebrado em 01º de fevereiro de 2016)

Claudio Dias Lampert

Claudia Ramos Barros Faveret Cavalcanti

Mariana Sarmento Meneghetti

Antonio Henrique Pereira de Noronha

André Chede Travassos

Testemunhas:

1.

Nome: CLAUDIA MARIA ALVIN SIQUEIRA

Identidade: 06235628-2

CPF: 800.075.547-53

2.

Nome: EDUARDO DE OLIVEIRA TOLEDO

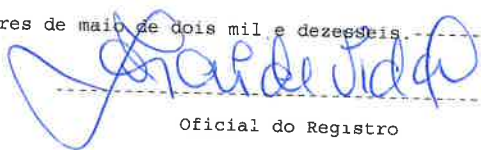
Identidade: 28 563 083-6

CPF: 155.327.837-08

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Seção do Estado do RJ

Certifico que o presente contrato encontra-se registrado  
nesta Seção, desde tres de maio de dois mil e dezesseis, sob  
o nro. RS. 010328/2016.-----

Rio de Janeiro, tres de maio de dois mil e dezesseis.-----



Oficial do Registro

